

# Política baseada em evidências e a PDAD 2021

» JEAN LIMA  
Presidente da Codeplan

A crise sanitária, social e econômica deflagrada pela covid-19 desafiou lideranças políticas e gestores a elaborarem políticas públicas que fossem adequadas para a realidade e críveis na sua implementação. Para obter tal êxito é elementar que entre os critérios para a tomada de decisão estejam os insumos baseados em evidências científicas. É nesse contexto que a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) realiza a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) no Distrito Federal.

Em linhas gerais, há três tipos de conhecimentos para implementar políticas públicas. O primeiro é o conhecimento técnico, que engloba as normas gerais que regem a administração pública, as regras e diretrizes orçamentárias e o domínio do conteúdo específico das áreas competentes. O segundo conhecimento é o político, que envolve a capacidade de negociação, o diálogo com os atores sociais envolvidos, o potencial de comunicação, mobilização e articulação. Por fim, o terceiro é o conhecimento científico, o uso de evidências para o diagnóstico e atuação na gestão pública.

Vale ressaltar que entre os três conhecimentos aludidos não há hierarquização. Todos são relevantes para a tomada de decisão. Contudo, diante do atual contexto em que é comum a suspeição ou o desprezo pela ciência na gestão pública, a Codeplan, com total apoio do governador Ibaneis Rocha, tem atuado para auxiliar, colaborar e contribuir para que os gestores públicos e lideranças políticas do Governo do Distrito Federal deliberem sobre

políticas públicas respaldados com dados, estudos e pesquisas. Por conseguinte, tem início, no mês de maio, a PDAD 2021, que é uma pesquisa amostral e bianual.

A PDAD, que fornece informações sobre a infraestrutura das 33 Regiões Administrativas, caracterização dos domicílios, dados sobre renda e consumo das famílias, dados socioeconômicos como escolaridade, trabalho, segurança pública, acesso à saúde, entre outros, teve a sua última edição feita em 2018. Em razão da pandemia, a PDAD, que seria realizada em 2020, foi adiada para 2021.

A pesquisa é realizada pela Codeplan e envolve todo o GDF desde a fase inicial, com a elaboração do questionário da pesquisa, até a fase de planejamento, execução da pesquisa e divulgação dos resultados. São 50 pesquisadores em campo diariamente, de domingo a domingo, em todas as regiões administrativas do DF. O trabalho em campo deve durar quatro meses, de maio a agosto.

Assim, como em todas as pesquisas realizadas pela Codeplan, os pesquisadores são identificados com crachá e colete. Esses pesquisadores não solicitam dados de documentos pessoais e bancários dos respondentes. Além disso, em razão da pandemia, eles fazem uso de máscara, álcool em gel e adotam todas as medidas de higienização e distanciamento social, com orientação de não fazerem a pesquisa dentro do domicílio, em local fechado, e sim na área externa das casas e nos pilotis dos blocos.

Exemplificando como a PDAD oferece variados insumos para a elaboração de política pública, é exequível estimar o número de pessoas que moram e estudam na mesma RA e, com isso, propor medidas de acesso à educação básica. Assim como é possível ter a dimensão de pessoas que usam o sistema público de saúde e conhecimento sobre pessoas com deficiência. Ademais, obtemos referências sobre as condições da infraestrutura nas cidades, como água, energia elétrica, asfalto, ruas esburacadas, ciclovias, parques e equipamentos públicos em geral.

Portanto, a PDAD oferece um retrato social, econômico e cultural do Distrito Federal. É a oportunidade de revisar as condições de acesso aos bens de consumo e aos serviços públicos. É o momento em que o Governo do Distrito Federal pergunta quem é a sua população e como está vivendo, para, com isso, identificar seus problemas e solucioná-los. Somente assim, com a participação e contribuição de todos e todas e tendo como cerne a evidência científica para a efetivação de políticas públicas, é que conseguiremos construir um Distrito Federal mais justo e igualitário.

## Brasil e Austrália, relacionamento e perspectivas promissoras

» TIMOTHY KANE  
Embaixador da Austrália no Brasil

Lamentamos, com nossos amigos brasileiros, a perda de vidas e a dor causada por uma das mais letais doenças da história. Porém, também nos voltamos para o futuro, tirando força dos princípios fundadores das nossas sociedades do Novo Mundo. Austrália e Brasil celebraram 75 anos de relações diplomáticas em 2020. Nossas duas nações já alcançaram muito juntas, mas o melhor ainda está por vir.

Nossas duas democracias continentais do Hemisfério Sul compartilham muito mais que o amor ao esporte. Nominalmente, o Brasil e a Austrália são a 9ª e a 13ª maiores economias do mundo (World Bank). A comunidade brasileira é a maior entre as latino-americanas na Austrália e cresceu mais de 800 por cento desde 2001. O português brasileiro é comumente ouvido em Sydney, Melbourne e Brisbane.

É fácil falar da relação amigável entre nós, mas queremos aprofundar e expandir este forte relacionamento existente. Temos raízes em áreas como educação: mais de 27 mil brasileiros estavam estudando na Austrália antes da pandemia, e quase 40 mil brasileiros inscreveram-se em nosso programa on-line FutureLearn durante a covid-19. A contribuição dos brasileiros aos nossos campi já faz com que nossas melhores instituições busquem a expertise brasileira em diversas áreas, da biomedicina à agricultura.

Agradecemos ao Senado brasileiro pela recente aprovação do nosso Acordo de Ciência, Tecnologia e Inovação — o qual vai enriquecer a pesquisa e fazer avançar nossas mais de oito mil publicações conjuntas dos últimos anos.

Provavelmente os negócios nunca estiveram melhor. A brasileira JBS tem mais de US\$ 5,5 bilhões investidos na Austrália, emprega cerca de 12 mil australianos e beneficia-se da nossa rede de acordos de livre comércio para acessar a região do Indo-Pacífico a partir de uma base australiana. A Natura tornou-se dona da icônica empresa australiana Aesop em 2016; aviões da Embraer estão cada vez mais presentes no mercado aéreo doméstico ao norte e a oeste da Austrália; e a Marco Polo fabrica e mantém os ônibus do sistema de transporte público municipal de Perth.

E esta é uma via de mão dupla. As empresas australianas Enegix e Fortescue Future Industries estão desenvolvendo oportunidades em hidrogênio verde, inclusive para exportar, no Ceará e Rio de Janeiro. O grupo bancário Macquarie está no Brasil há décadas e tem ativos em agricultura, reciclagem e mais. A Karoon Energy tem quase US\$ 1 bilhão investido na Bacia de Santos; a empresa de engenharia Worley está ajudando a construir um dos maiores data centers do Brasil; a Goodman investiu em armazéns de sete aeroportos para entregas mais rápidas a empresas e consumidores brasileiros; e a Jervois Mining está reimaginando cadeias de fornecimento de cobalto e níquel a partir de suas operações em São Paulo. E esses são apenas alguns exemplos.

Queremos elevar o relacionamento de forma a beneficiar o maior número de brasileiros e australianos possível. Somos parte de uma transição para um mundo melhor, e nossas empresas estão considerando projetos de energia renovável no Brasil, particularmente eólica e solar.

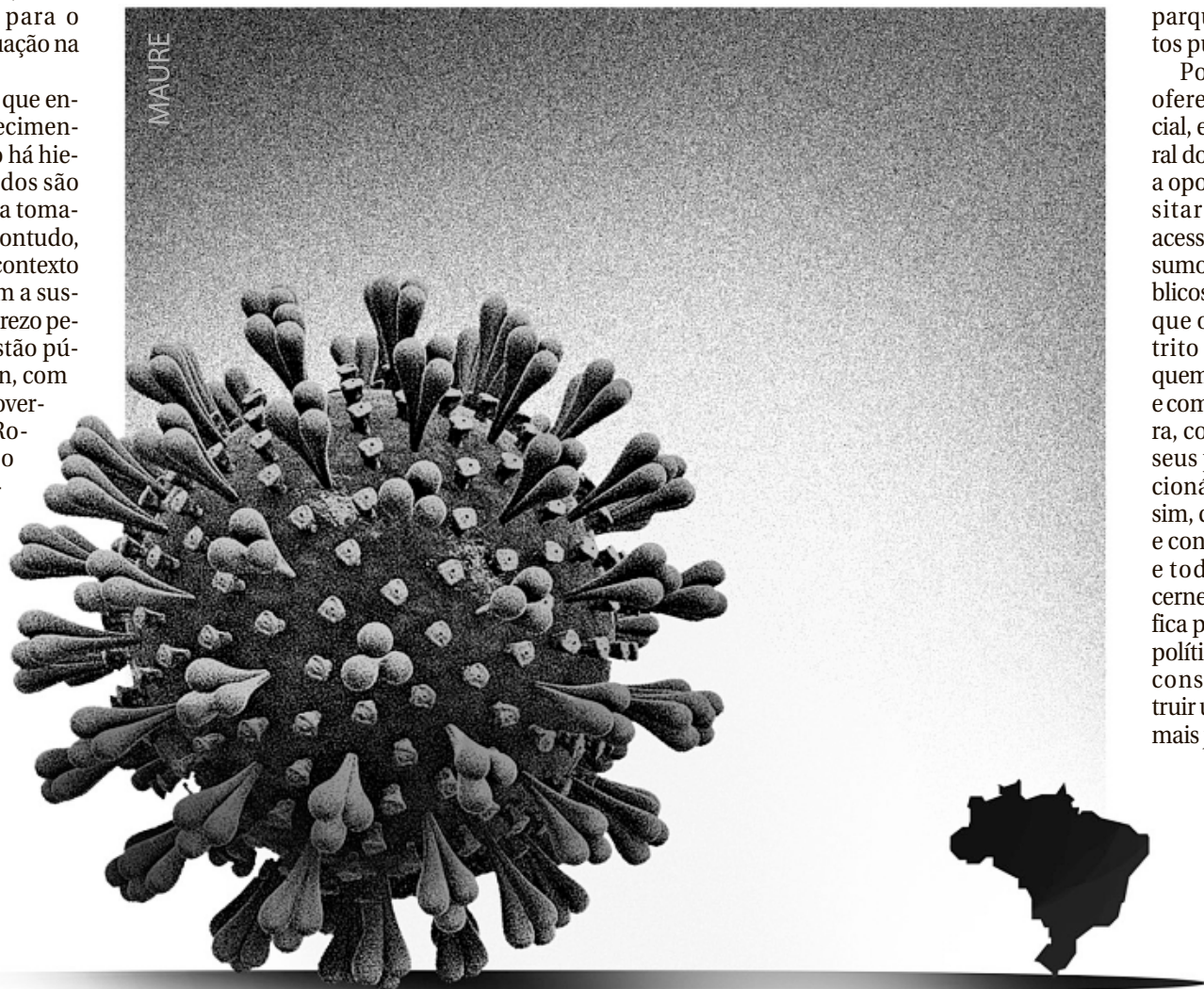
Queremos ajudar a resolver gargalos de infraestrutura, tornando as rodovias melhores e mais acessíveis. E nosso objetivo é racionalizar nosso engajamento: queremos um Acordo Bilateral para Evitar a Dupla Tributação; e estamos avançando com um Programa de Trabalho e Férias para facilitar o trabalho e a viagem de jovens brasileiros e australianos.

Naturalmente, Brasil e Austrália estão focados em suas regiões imediatas. Mas apreciamos o interesse brasileiro no Indo-Pacífico e nos orgulhamos de o Brasil ser o nosso maior parceiro comercial e de investimentos na América Latina.

Estamos trabalhando juntos em mineração sustentável. Apreciamos a imensa contribuição que as mulheres e nossas comunidades indígenas, LGBTQIA+, de imigrantes e demais trazem às nossas sociedades. Podemos fazer mais, compartilhando expertise, em áreas como resposta a incêndios florestais, proteção ambiental e gestão marítima, e o mundo cibernético nos apresenta novas oportunidades animadoras.

Como membros do Grupo de Cairns de países exportadores agrícolas, Austrália e Brasil trabalham para a liberalização do comércio mundial de exportações agrícolas. Estamos comprometidos com uma ordem internacional global baseada em regras; somos membros do G20; e a promoção e proteção dos direitos humanos são uma prioridade mútua. A Austrália apoia a adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Obrigado, Brasil, pelos últimos 75 anos. Estamos ansiosos pelos próximos 75 e além. Uma jornada é sempre melhor quando compartilhada.



## Para ajudar os pacientes raros

» LIANA FERRONATO  
Presidente da Associação Brasileira de Paramiloidose (ABPAR)

Se a vida do portador de doença rara era difícil antes da pandemia, o dia a dia dessa pessoa só ficou mais difícil em tempos de covid-19. Os diagnósticos foram sendo adiados e as doenças descobertas em estágios mais avançados. E, no meio desse caos instaurado pela pandemia, ainda temos que lidar com os desafios regulatórios. Isso nunca foi tão evidente quanto no caso de pessoas com amiloidose hereditária mediada por transtirretina (amiloidose hATTR) com polineuropatia.

Essa é uma doença com sintomas diversos que demora para ser diagnosticada. Geralmente, os pacientes que têm essa enfermidade rara, que acomete 50 mil pacientes no mundo, a descobre em um estágio avançado, fase dois ou três, quando já existe uma limitação na mobilidade. Uma grande conquista da Associação Brasileira de Paramiloidose (ABPAR) foi conseguir incorporar ao Sistema Único de Saúde (SUS) um tratamento que ajuda a estabilizar a doença. No entanto, para pacientes em estágio mais avançado, esse tratamento não tem efeito.

Estima-se que apenas um terço dos pacientes com amiloidose hATTR responde ao tratamento inicial. Um terço começa respondendo, mas com o avanço da doença, deixa de responder. E um terço dos pacientes sequer responde à terapia medicamentosa. Mas esse tratamento é o único disponível no SUS hoje, foi uma importante conquista e

ajuda centenas de portadores com essa doença, no Brasil, a terem mais qualidade de vida.

Nossa associação tem trabalhado ativamente para conseguir trazer para o Brasil mais opções terapêuticas, que ajudariam esses pacientes com a doença mais avançada. Assim como a ciência trabalhou rapidamente para chegar a uma vacina contra a covid-19, tivemos expressivos avanços na medicina, que permitiram o advento de tratamentos que atuam diretamente no mecanismo da doença, silenciando genes e bloqueando caminhos que levam aos sintomas debilitantes da amiloidose hATTR.

Os novos tratamentos abrem frentes de manejo e tratamento da doença. No entanto, o sistema regulatório brasileiro entende que qualquer tratamento para amiloidose hATTR seja enquadrado numa mesma, e única, categoria. E, como já existe um tratamento no Brasil, os demais medicamentos não são considerados inovadores. Por conta desse conceito equivocado, temos hoje dois medicamentos inovadores que estão parados na Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED).

Se tivéssemos hoje apenas uma terapia no Brasil para cada doença, estaríamos condenando milhares de pessoas a viverem sem a chance de tratamento. As respostas às terapias variam muito entre pacientes e, por isso, é fundamental ter várias opções de tratamento. Isso é, de

fato, o que amplia o acesso à saúde. Se temos hoje apenas um medicamento para uma doença tão abrangente como a amiloidose hATTR, não estamos de fato dando acesso à saúde para os portadores dessa doença.

Do ponto de vista de saúde pública, ter apenas uma opção medicamentosa no SUS gera desperdícios. Isso acontece quando, pela falta de opção no mercado, os pacientes acabam recorrendo a uma terapia que não terá o impacto necessário para o controle da sua doença. Esses pacientes acabam desenvolvendo novos quadros decorrentes da amiloidose, o que gera mais internações e uso de outras terapias para esses novos sintomas.

Sem um tratamento que possa impedir o avanço da amiloidose hATTR, a doença continua evoluindo. Façam a conta: o custo do remédio, da internação, dos novos tratamentos, do desgaste na vida do paciente, dos seus familiares. A conta não fecha nem para o governo nem para o paciente. Para acabar com o desperdício na saúde pública e ajudar centenas de pacientes com amiloidose hATTR, precisamos da compreensão dos agentes regulatórios. A medicina avançou e hoje temos mais tratamentos inovadores para controlar nossa doença rara. O sistema regulatório de medicamentos de alta complexidade também precisa avançar. Vocês podem dar o acesso dos nossos pacientes da Abpar a tratamentos que vão lhes ajudar a viverem mais e melhor.